



## **MOÇÃO GLOBAL DE ESTRATÉGIA**

***“NOVA GERAÇÃO, NOVOS DESAFIOS”***

## **INTRODUÇÃO**

O mandato que se inicia com a VIII Convenção Federativa representa uma etapa determinante para a nossa estrutura, para a acção do Governo do Partido Socialista e para a implementação das agendas autárquicas sufragadas nas últimas eleições.

A Juventude Socialista tem caminhado um percurso de afirmação no espectro político do distrito de Castelo Branco. É demais reconhecida a capacidade da nossa estrutura em apresentar medidas que visem o combate aos principais problemas que assolam o nosso distrito, seja através da intervenção local (por via das concelhias e núcleos), seja através da interacção com decisores regionais e da administração central.

A afirmação da Juventude Socialista no distrito de Castelo Branco está contudo directamente associada à força e presença das suas estruturas locais. Sem esta condição não conseguiremos obter a força social necessária à implementação da nossa agenda modernizadora. Deste modo, entendeu-se a importância da dinamização e reactivação das estruturas do nosso distrito, que permitiu um aumento substancial do número de concelhias com órgãos eleitos.

O esforço efectuado no último mandato na área da reorganização interna e na apresentação de medidas de resposta à débil situação sócio-económica ainda não se encontra concluído. Há assim um caminho a percorrer para que as estruturas da Juventude Socialista no distrito de Castelo Branco se possam assumir de forma homogénea entre si na intervenção pública ou na realização de actividades de interesse para a juventude. Estando ciente deste facto, entendo ser fundamental continuar a aproximação e apoio da estrutura distrital da Juventude Socialista às diversas concelhias.

A Juventude Socialista tem perante si um importante desafio na modernização e inovação das políticas de desenvolvimento regional. É reconhecido pelos nossos autarcas que as principais políticas primárias de desenvolvimento se encontram praticamente concluídas. Urge portanto assumir as prioridades no

desenvolvimento do nosso distrito que não passem unicamente pela construção de infra-estruturas. Esta moção propõe estabelecer um conjunto de **Novos Desafios** em áreas fundamentais para o desenvolvimento da nossa região. Desta forma, a orientação política proposta nesta moção aborda temas tão díspares, mas simultaneamente tão importantes para o progresso socio-económico do nosso distrito como o emprego, habitação, transportes e acessibilidades, educação, ambiente, agricultura, regionalização e relações transfronteiriças.

As eleições autárquicas de 2009 permitiram que a Juventude Socialista aumentasse significativamente o seu número de eleitos nos diversos órgãos autárquicos. Tendo em conta a representação nas Assembleias Municipais, temos inclusive uma representação superior a alguns partidos políticos. Este facto confere uma importante responsabilidade social à Juventude Socialista na interacção com uma **Nova Geração** de autarcas, em especial na prática de uma intervenção que responda ao sentimento, interesse e ambição dos jovens dos respectivos concelhos e freguesias.

A afirmação da Juventude Socialista passa também pela formação dos seus militantes. A renovação da vida política não poderá passar unicamente pelo factor etário, mas sim pela qualidade e visão dos participantes mais jovens na sociedade. Neste âmbito, a Juventude Socialista tem um importante papel a desempenhar enquanto Academia de Formação na participação cívica dos jovens.

As últimas eleições para as concelhias ditaram que 90% destas estruturas tenham novos coordenadores, levando assim a uma **Nova Geração** de dirigentes e a uma importante renovação etária da estrutura. Se simultaneamente tivermos em conta que o limite de mandatos autárquicos pressupõe que nove concelhos do distrito de Castelo Branco tenham um novo Presidente de Câmara em 2013 torna-se inevitável que esta **Nova Geração** de dirigentes da Juventude Socialista seja chamada a participar na renovação destes órgãos autárquicos. A exigência de estruturas dinâmicas e interventivas

surge assim como um importante desafio que deverá contar com um apoio correspondente por parte dos órgãos da Federação

No fim, é importante que neste mandato a Juventude Socialista tenha a capacidade e reconhecimento social para se assumir como a voz da juventude no distrito de Castelo Branco.

Somos uma **Nova Geração**, temos **Novos Desafios!**

## **1. NOVOS DESAFIOS NA ORIENTAÇÃO POLÍTICA**

### **1.1 NOVOS DESAFIOS NO EMPREGO**

No contexto da actual crise económica a prioridade política deverá ser o emprego. Nesta vertente é importante agir com determinação quer na promoção e criação de emprego como no apoio a quem cai em situações de desemprego, sem nunca esquecer a protecção dos direitos no emprego e o combate à precariedade. É também fundamental que os apoios sociais continuem a ser reforçados como forma de prevenir situações de maiores dificuldades. Da mesma forma entendemos que um vector importante na criação de emprego deverá ter lugar com a captação e criação de empresas que tirem partido não só das vantagens competitivas do nosso distrito, mas também dos diferentes recursos endógenos e experiências já instaladas em diferentes sectores de actividade. É igualmente óbvio que o rejuvenescimento e o crescimento populacional do distrito só terá lugar se existirem reais possibilidades de emprego que permita não só fixar quem por cá nasceu e quem para cá veio estudar, como também permita atrair população exterior ao distrito.

- **Aposta na criação e dinamização de microempresas, valorizando a cooperação entre estas e as instituições de Ensino Superior.**

Na actual conjuntura uma das formas de combater a ausência de emprego, ao mesmo tempo que se diversifica o tecido empresarial da região, terá de passar pelo auto-emprego e pela criação de microempresas nomeadamente, mas não exclusivamente, à saída do ensino superior. Esta aposta poderá e deverá traduzir-se pela criação de incubadoras de empresas (onde estas ainda não

existam) em parceria com as próprias instituições de ensino superior e com as associações empresariais. Por outro lado, também se deverão implementar gabinetes de apoio à criação de empresas nos vários municípios. Verifica-se que embora existindo um grande número de incentivos e apoios à criação de empresas e de postos de trabalho estes são muitas vezes desconhecidos e a obtenção de informação sobre os mesmos nem sempre é fácil. No actual contexto justifica-se de sobremaneira a criação destes gabinetes, onde toda a informação sobre os vários apoios esteja disponível e onde os futuros empresários possam ser aconselhados e encaminhados como forma de potenciar os efeitos positivos destes apoios.

- **Criação de um Fórum Empresarial para o distrito de Castelo Branco, que reúna os autarcas, Governo Civil, empresários e agentes sociais.**

A criação deste fórum deverá ter em conta a realidade actual de fragmentação das associações empresariais e falta de cooperação e competição entre autarcas. Estes factos levaram o distrito a perder sucessivamente a sua capacidade de intervenção e de captação de investimento.

Na mesma medida, a criação deste Fórum deverá levar ao estabelecimento de um plano orientador estratégico de políticas de desenvolvimento do distrito de Castelo Branco num médio/longo prazo. Seriam assim identificados, em cooperação com os centros de estudo das instituições de Ensino Superior, os principais factores competitivos, potencialidades económicas e capacidades já instaladas em diferentes sectores de actividades no nosso distrito.

O estabelecimento deste fórum permitirá reunir as condições de conjugação de esforços que permitem o estabelecimento de um interlocutor privilegiado com o poder central e a AICEP com o objectivo de atracção de investimentos para o distrito, sem lógicas de interesses paroquiais, fomentando também a cooperação entre os vários municípios. Da mesma forma, as potencialidades e recursos endógenos do distrito teriam uma visibilidade externa e permitiriam

adequar um dado investimento externo segundo as capacidades já instaladas nos diferentes concelhos do distrito de Castelo Branco.

Na mesma lógica, consideramos fundamental que a gestão e desenvolvimento dos parques industriais possa ser efectuado por esta entidade, em estreita cooperação com autarquias e agentes empresariais locais.

- **Maior atenção por parte da AICEP na promoção das vantagens competitivas do distrito de Castelo Branco, e assim contribuir para a promoção de investimentos âncora, e para a agilização da internacionalização de sectores de produção do nosso distrito (por exemplo, têxteis, turismo, aeronáutica, agro-alimentar, energias renováveis, derivados florestais ou indústria do frio).**

Um projecto socialista para o desenvolvimento só pode ser baseado num desenvolvimento harmonioso do país, tendo em especial atenção o interior, e as capacidades instaladas e recursos endógenos do nosso distrito. Assim defendemos uma maior atenção aquando da atracção de investimentos para o seu estabelecimento no interior, e o devido apoio aos sectores já estabelecidos.

A actual situação sócio-económica demonstrou algumas fragilidades em determinados sectores económicos do distrito de Castelo Branco. Esta realidade exige da parte da administração central algumas medidas fundamentais:

1. Estabelecimento de apoios sociais, financeiros e de racionalização de custos logísticos específicos em áreas mais atingidas pela crise económica.
2. Apoio às empresas na manutenção e captação de uma bolsa de clientes, por forma a diminuir o risco de que a perda de um dado cliente signifique despedimentos colectivos ou mesmo encerramento de unidades produtivas.

3. Alargamento e maior especificação da política de apoio à internacionalização das PME's de acordo com os diferentes sectores de actividade.
4. Maior facilidade na garantia do seguro de crédito bancário para as empresas que procurem realizar novos investimentos;

- **Criação do Observatório Digital do Emprego**

A actual oferta e procura de emprego encontra-se difundida de diferentes formas, seja através do IEFP, Gabinetes de Estágio ou em páginas da imprensa. A criação de páginas da Internet que reúnam a oferta e procura de emprego, demonstraram ser um sucesso em diversos países europeus, mas também em Portugal através de sites de iniciativa privada. Consideramos que o problema do emprego exige esta responsabilização da parte do Estado, através do IEFP, numa lógica de cooperação com autarcas, associações empresariais, e órgãos de comunicação social.

- **Aposta na formação contínua dos trabalhadores**

A aposta na formação contínua dos trabalhadores constitui sem dúvida uma forma eficaz de combater uma eventual situação de desemprego (em especial, aquele de longo prazo). Os trabalhadores terão assim qualificações que não se restringem necessariamente às que dizem respeito ao seu actual emprego.

## **1.2 NOVOS DESAFIOS NA HABITAÇÃO**

As políticas de habitação revestem-se de grande importância hoje em dia. Seja pelo seu impacto no ordenamento ou pela sua influência na própria vida das localidades a habitação deve ser uma prioridade. Acresce a isto que estas políticas são especialmente importantes para os jovens pois o acesso à

habitação própria é normalmente uma barreira à sua emancipação. Além do mais as políticas de habitação são uma componente fundamental dos incentivos à fixação de jovens no interior, sem a qual não existe possibilidade de desenvolvimento do distrito no médio ou longo prazo. Desta forma entendemos que deve haver uma grande aposta nas políticas de habitação, com principal enfoque nas oportunidades para os jovens através de:

- **Revitalização e dinamização dos centros históricos das cidades e vilas do distrito de Castelo Branco, tendo em vista o seu repovoamento por parte de jovens.**

O repovoamento dos centros históricos das cidades e vilas do distrito de Castelo Branco por parte de jovens representa uma solução para conceder a estas áreas o dinamismo social e económico de que carecem. A realidade destas zonas urbanas, que muitas vezes não é compatível às necessidades actuais de habitação unifamiliar, leva a que o seu repovoamento por parte de jovens represente uma solução. Assim, a reabilitação das habitações degradadas deve ser em primeira instância uma prioridade por dos autarcas, devendo ser seguida introduzidos os mecanismos de arrendamento (podendo este ser introduzido em paralelo com programa de arrendamento Porta 65) ou venda a custos controlados para jovens. Nos casos específicos das localidades com ensino superior poderão ser igualmente instituídas condições especiais para os estudantes a frequentar este grau de ensino. Em paralelo, as autarquias deverão procurar dinamizar estas zonas do ponto de vista social, cultural, e procurando simultaneamente revitalizar o tecido económico existente.

- **Na sequência da revisão dos PDM's, deverão ser instituídos limites mínimos em determinadas zonas para habitação a custos controlados para jovens;**

O próximo mandato autárquico representa para uma parte importante das autarquias um momento de revisão dos PDM's. Numa perspectiva de se impulsionar a habitação para jovens, e assim a sua própria emancipação, deverão ser instituídos limites percentuais mínimos de número de fogos para habitação a custos controlados para jovens em para algumas zonas urbanizáveis.

- **Introdução por parte das autarquias no processo de licenciamento de loteamentos de contrapartidas ao nível de percentagens mínimas de fogos atribuíveis a habitação para jovens a custos controlados.**

O processo actual de licenciamento de loteamentos implica um conjunto de contrapartidas asseguradas pelos respectivos promotores (passeios, asfaltamento de acessos). A estas contrapartidas devem ser igualmente acrescentado para determinadas, um custo de habitação inferior aos preços de mercados, destinado em exclusivo para jovens.

- **Apoio à auto-construção**

Em muitos casos, os jovens encontram a solução para a sua habitação através da auto-construção. Dado que esta decisão é tomada no início do processo de emancipação de um jovem, deve-se ter em conta a necessidade de as próprias autarquias criarem programas de apoio à auto-construção que pode contemplar benefícios na compra de materiais de construção e redução nas taxas, e licenças municipais.

### **1.3 NOVOS DESAFIOS NOS TRANSPORTES E ACESSIBILIDADES**

As nossas propostas neste âmbito reflectem a nossa percepção de que uma

região interior como é a nossa, só pode ser atractiva se estiver dotada de uma boa rede de transportes. É um facto que a própria interioridade se encontra directamente associada às condições de transportes públicos. Acresce a isto que a significativa população estudantil deslocada da UBI e IPCB (cerca de 80% dos estudantes da UBI reside a mais de 25Km, a título de exemplo) requer boas vias de comunicação e transportes públicos eficazes nas ligações com o resto do país.

- **Integração das diferentes formas de transporte público (transportes rodoviários e ferroviários interurbanos e transportes urbanos), para que a gestão das rotas e horários possa corresponder às realidades locais das populações.**

Cada vez mais existe uma grande interligação dentro do distrito entre os seus diferentes centros económicos e sociais. Assim, num contexto em que os transportes internos assumem uma renovada importância, verifica-se que esta mobilidade se torna muito difícil devido ao número variado de entidades responsáveis pelos transportes (entre urbanos e interurbanos), que trazem consigo diferentes horários, preços e sistemas de bilhética. Um crescimento sustentado e a própria competitividade do distrito de Castelo Branco estará assente numa maior interligação das suas vilas e cidades, a qual não pode estar dependente apenas de transportes particulares. Por outro lado, **o estabelecimento de uma plataforma online** que permitiria o acesso a informação num único local sobre todos os transportes seria não só útil às populações como permitiria às várias entidades responsáveis uma melhor percepção da adequação dos vários horários e rotas. A coordenação entre os vários transportes seria ainda mais eficaz com a criação de uma entidade distrital que reúna as diversas autarquias e empresas de transporte público e que possa efectuar a representação regional junto do Instituto da Mobilidade e Transportes Terrestres.

- **Finalização urgente dos trabalhos de modernização da Linha da Beira Baixa, após a qual propomos a reintrodução do Comboio Académico e a instituição de ligações ferroviárias regulares directas entre o nosso distrito e as principais cidades dos distritos de Aveiro, Porto e Braga.**

A ligação ferroviária do nosso distrito ao Norte do país faz cada vez mais sentido, uma vez que a população estudante deslocada proveniente dessa região é significativa (cerca de 62% dos estudantes da UBI, a título de exemplo). É deste modo recomendável recuperar a experiência de há alguns anos com o Comboio Académico que efectuava a ligação do nosso distrito com a região norte. Esta ligação justifica-se também pela aproximação comercial, industrial, científica e cultural entre o nosso distrito e a região Norte.

Consideramos igualmente que o restabelecimento da ligação ferroviária entre Covilhã – Guarda permitiria uma importante ligação ao sistema ferroviário espanhol e aos portos de Aveiro e Figueira da Foz, aumentando a vantagem competitiva do nosso distrito nas facilidades de exportação e escoamento de produtos.

- **Construção dos eixos rodoviários IC-6, IC-8 e IC-31, e melhoria das ligações regionais**

A necessidade da finalização/construção dos eixos de ligação a Coimbra (IC-6 e IC-8) e a Espanha (IC-31) tem sido reclamada ao longo dos últimos anos. O próprio processo de regionalização vem justificar a finalização dos eixos IC-6 e IC-8, dado que permite melhorar substancialmente as ligações a Coimbra e aos restantes distritos do eixo litoral. Por seu lado, a construção do IC-31 deverá ser uma opção vital na perspectiva da internacionalização das empresas do distrito de Castelo Branco.

Numa perspectiva de coesão distrital e de interligação económica entre os diversos centros consideramos fundamental a requalificação da EN 346 (Penamacor - A-23), finalização das obras na EN – 351 (Isna – Pontão do

Laranjeiro), requalificação da EN 238 (Oleiros - Sertã – Cernache do Bonjardim – Ferreira do Zêzere), e melhoramento do troço do IC – 8 Sertã – Pedrógão Grande.

- **Manutenção do sistema de SCUT na A23**

A necessidade de desenvolvimento do Interior e o estabelecimento de uma ligação competitiva com Espanha em perfil de Auto-Estrada levou à construção da A23, apresentando este eixo viário um regime sem custos para o utilizador. Consideramos que os fundamentos invocados para a instituição deste regime, e que estão associados à coesão territorial e ao reconhecimento de diferentes níveis sócio-económicos de desenvolvimento no nosso país ainda se mantêm. Deste modo, consideramos imprescindível a manutenção do sistema de SCUT enquanto motor de desenvolvimento do nosso distrito.

- **Instituição de descontos adicionais para as deslocações de estudantes em transporte público ao fim-de-semana**

A elevada percentagem de estudantes deslocados no nosso distrito impõe a introdução de um sistema de redução nacional de tarifas para deslocações de fim-de-semana. Este sistema, utilizado em alguns países europeus, permitiria aumentar a utilização dos transportes públicos, e simultaneamente reduzir os encargos de mobilidade de estudantes deslocados que optaram pelas instituições de ensino do nosso distrito para a obtenção das suas qualificações.

## **1.4 OS NOVOS DESAFIOS DA REGIONALIZAÇÃO**

Defendemos a implementação da Regionalização quer como modelo político que melhor serve o país, quer como a melhor forma de promover o desenvolvimento do interior e do nosso distrito em particular. A realidade do

nosso país indica-nos que aproximadamente 80% da população reside no eixo litoral Braga - Setúbal, e que ao longo dos sucessivos censos os distritos do interior do país perdem população. A introdução de um modelo descentralizado de decisão em algumas competências do Estado será um importante contributo para aproximar as necessidades das populações das decisões político-administrativas, aumentando a eficácia destas. Por outro lado, uma lógica de região permite impulsionar um conjunto de medidas assente na cooperação e realidade intra-regional, que por si só é crucial para o desenvolvimento de distritos do interior. Por estes motivos, a Federação Distrital de Castelo Branco tem levantado ao longo dos últimos anos o tema da regionalização, enquanto oportunidade de desenvolvimento para o nosso distrito. Assim, propomos:

- **Instituição de um modelo de regionalização que vise a introdução de processos de decisão mais eficientes e próximos das populações;**
- **Promoção da discussão sobre as competências nas diversas áreas sectoriais que deverão passar do Estado para as futuras regiões.**

## **1.5 DESAFIOS NA COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA**

A localização geográfica do nosso distrito coloca-nos numa posição periférica em relação aos centros económicos nacionais mas, ao mesmo tempo coloca-nos numa posição relativamente central no contexto Ibérico. Esta potencialidade deve ser, na nossa opinião, aproveitada através de um maior estreitamento de laços com os nossos vizinhos espanhóis. Convém não esquecermos a proximidade estabelecida junto dos milhões de habitantes espanhóis que podem ser potenciais consumidores dos nossos produtos e parceiros no nosso desenvolvimento. Defendemos, assim que sejam tomadas as seguintes medidas:

- **Reforço da cooperação regional no âmbito da fronteira existente entre o nosso distrito e a Extremadura, de forma a tirar partido da centralidade ibérica da nossa região;**
- **Aprofundamento das relações já estabelecidas nas áreas da agricultura, parques naturais, administração pública, turismo, ensino superior, transportes e acessibilidades;**

## **1.6 NOVOS DESAFIOS NA EDUCAÇÃO**

A aposta da educação deverá ser entendida como um factor preponderante no conjunto das políticas de desenvolvimento do distrito de Castelo Branco. Somos dos poucos distritos em que se disponibilizam todas as condições em praticamente todas as áreas do saber, para que um jovem cumpra na íntegra o seu percurso escolar no nosso distrito. Por outro lado, a realidade etária do nosso distrito impõe que sejam dadas todas as condições para que os nossos jovens obtenham a qualificação ideal para um futuro exercício profissional e para o aumento da competitividade do distrito de Castelo Branco.

Da mesma forma, o Ensino Superior deverá ser entendido como um pilar fundamental de uma política de fixação de jovens no nosso distrito. Verifica-se actualmente que o impacto do Ensino Superior na económica regional ascende em termos económicos a vários milhões de euros, e que os 11000 estudantes que frequentam a UBI e o IPCB representam um importante potencial numa estratégia de fixação de jovens e de dinamização sócio-económica do nosso distrito.

Dada a importância do sector da educação, e a sua orientação específica para a área da juventude, entendemos o cumprimento dos seguintes desafios como um importante passo na modernização e qualificação do nosso distrito:

- Recuperação e manutenção contínua do parque escolar, de modo a proporcionar aos estudantes as melhores condições na frequência do ensino básico;
- Aposta no ensino profissionalizante enquanto forma de conferir as qualificações técnicas necessárias ao desempenho de uma dada profissão, conferindo igualmente uma maior competitividade ao nosso tecido económico;
- Desenvolvimento de uma rede de centros escolares, que permitam reorganizar a rede escolar existente, e simultaneamente melhorar as condições de aprendizagem disponibilizadas;
- Implementação da educação sexual, nos moldes da legislação aprovada na anterior legislatura (sob proposta da Juventude Socialista);
- Incentivo à formação de adultos e à certificação das suas competências (programa Novas Oportunidades);
- Defesa e melhoria do modelo de escola pública através da redução do número de alunos por turma, de um modelo de gestão escolar aberto e plural, e à diversificação e incentivo à oferta de actividades extra-curriculares;

Na área do Ensino Superior devem destacar-se os seguintes vectores de actuação:

- Aumento da oferta do ensino nocturno por forma a estimular a qualificação dos que actualmente exercem uma actividade profissional;
- Reforço da ligação das instituições de Ensino Superior com a sociedade (meio empresarial, autarquias, escolas profissionais e secundárias, unidades de saúde e incubadoras de empresas);
- Introdução de políticas de emprego (ver secção “Novos Desafios no Emprego”) que visem estimular a fixação dos jovens que escolheram o distrito de Castelo Branco para frequentar o Ensino Superior. Em paralelo é fundamental que as próprias instituições de Ensino Superior estimulem e apoiem o empreendedorismo com base em projectos nascidos nas mesmas;

- Adequação das rotas dos transportes urbanos às necessidades de mobilidade dos estudantes de Ensino Superior, disponibilizando para estes uma utilização gratuita;

- Abertura de novos cursos de ensino superior de acordo com as especificidades e diferenças existentes entre o ensino universitário e politécnico. Consideramos que a abertura simultânea de cursos na UBI e IPCB é prejudicial para a qualidade dos cursos ministrados e introduz um factor de competitividade obsoleto entre estas instituições. Neste âmbito devem-se cumprir as disposições do Regime Jurídico do Ensino Superior sobre as diferenças entre os dois tipos de ensino;

## **1.7 NOVOS DESAFIOS NO AMBIENTE E ENERGIA**

O distrito de Castelo Branco apresenta-se hoje como um produtor líquido de energia eléctrica. Ao longo dos últimos anos assistimos ao desenvolvimento de projectos energéticos na área das energias renováveis que permitiram aumentar a capacidade de produção instalada. Esta nova realidade levou à criação de postos de trabalho e ao desenvolvimento de diversos projectos empresariais, dos quais se destacam as iniciativas de produção de energia eléctrica a partir de Biomassa Florestal.

Por seu lado, os recursos naturais devem constituir uma oportunidade no desenvolvimento turístico do nosso distrito. Na realidade, o vasto potencial existente deverá ser preservado e simultaneamente potenciado do ponto de vista turístico, em articulação com as respectivas entidades de promoção turística, autarquias, e empresários.

A Juventude Socialista deverá encarar a sua participação e intervenção pública na área do ambiente e energia, enquanto forma de assegurar a sustentabilidade das políticas públicas e iniciativas privadas, mas também de promover junto da sociedade formas e hábitos quotidianos que permitam reduzir o impacto individual de cada um junto do meio ambiente. No concreto, a

intervenção pública da Juventude Socialista nesta área deve incluir as seguintes prioridades:

- Reforço do potencial energético instalado no nosso distrito, através do lançamento de mais aproveitamentos eólicos e da construção da Barragem do Alvito;
- Manutenção da Gestão Pública do abastecimento de água e de resíduos urbanos nas suas diferentes fases;
- Incentivo à mobilidade sustentável e ao desenvolvimento de ciclovias;
- Investimento por parte das autarquias na modernização contínua da rede de abastecimento de água, por forma a reduzir as elevadas perdas actualmente existentes;
- Consciencialização de hábitos de reciclagem na sociedade (por parte das Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia), e maior dispersão e aproximação dos Ecopontos relativamente aos cidadãos;
- Reformulação da rede de iluminação pública, e substituição das actuais lâmpadas pela tecnologia LED;
- Introdução por parte de instituições e organismos públicos de objectivos de redução de consumos;
- Reforço da oferta de turismo sustentável e de natureza nos parques naturais do Tejo Internacional, Malcata e da Serra da Estrela. Na mesma medida é fundamental assegurar a protecção da fauna e flora existente, com especial realce para os Grifos, Águia Imperial e a reintrodução do Lince Ibérico;

## **2. NOVOS DESAFIOS NA INTERVENÇÃO AUTÁRQUICA**

A actuação dos militantes da Juventude Socialista, enquanto representantes da vontade popular junto dos diferentes órgãos autárquicos deverá ser entendida como uma oportunidade de afirmação das posições da Juventude Socialista e da efectivação da sua agenda política. A representação obtida por parte da

Juventude Socialista nos diferentes concelhos do distrito de Castelo Branco após as últimas eleições autárquicas exige por parte dos órgãos da Federação Distrital uma importante interacção com estes eleitos.

Neste âmbito, é fundamental que a intervenção da Juventude Socialista tenha em conta estes eleitos e o papel fundamental que o seu cargo representa para a implementação das suas prioridades políticas. Por estas razões, a Federação Distrital de Castelo Branco deverá procurar estabelecer múltiplas intervenções comuns entre estes. A implementação do Conselho Municipal de Juventude, enquanto instrumento fundamental de participação cívica dos jovens constitui um exemplo de uma medida que já tem merecido uma intervenção de abrangência distrital entre os eleitos.

A Federação Distrital de Castelo Branco da Juventude Socialista deverá disponibilizar todos os meios disponíveis para que o desempenho dos eleitos da Juventude Socialista nos diferentes órgãos autárquicos seja pautado pela excelência e dedicação às causas públicas. A Juventude Socialista tem esta responsabilidade pública e deverá dar assim um contributo na promoção da participação cívica dos jovens.

De entre as formas de apoio aos autarcas, será fundamental o cumprimento dos seguintes objectivos:

- Formação activa dos eleitos da Juventude Socialista em diversas áreas de relevância autárquica;
- Apresentação de boas práticas autárquicas existentes no distrito de Castelo Branco e troca de experiências na actuação autárquica;
- Organização de reuniões periódicas entre estes eleitos;

Consideramos fundamental o estabelecimento desta interacção. A Juventude Socialista tem a responsabilidade de se apresentar como um parceiro estratégico na renovação do Partido Socialista. As eleições autárquicas de 2013 irão exigir novas lideranças autárquicas na maioria dos concelhos do nosso distrito e os intervenientes autárquicos da Juventude Socialista deverão

pela sua capacidade e experiência autárquica ser capazes de se afirmar, assegurando pelo seu serviço na vida pública uma sociedade mais justa, igual e desenvolvida.

### **3. NOVOS DESAFIOS NA ORGANIZAÇÃO INTERNA**

Durante este último mandato a Juventude Socialista no distrito de Castelo Branco alterou-se substancialmente do ponto de vista da organização interna. O número de concelhias com órgãos eleitos duplicou, muito graças à criação ou reactivação de várias concelhias no distrito. Entramos por isso numa nova fase, com novos desafios, em relação à organização interna. A prioridade deixará de ser a constituição de concelhias, mas sim o apoio às várias concelhias que, por estarem a dar os primeiros passos, precisam de apoio para que consigam tornar-se fortes e alcançar influência junto dos jovens e da sociedade.

A Federação deverá deixar de se centrar em realizar várias actividades no distrito para passar a esforçar-se por apoiar as actividades da iniciativa das várias concelhias, assegurando por um lado apoio na mobilização e, por outro lado, a concertação entre as actividades das várias concelhias por forma a que não existam actividades redundantes ou coincidentes que prejudiquem a eficácia das actividades das concelhias.

Verificou-se também um grande rejuvenescimento nos órgãos dirigentes das concelhias, quer pela constituição de novas concelhias com novos militantes, quer pelo assumir de responsabilidades de uma nova geração de dirigentes, nas concelhias já existentes. Este facto traz uma nova responsabilidade à Federação Distrital no apoio aos novos dirigentes para que possam familiarizar-se facilmente com os processos e o funcionamento da organização. É também neste apoio e sensibilização que a organização interna terá um papel fundamental para o sucesso das estruturas concelhias durante este mandato.

## **4. NOVOS DESAFIOS NA COMUNICAÇÃO**

### **4.1 NOVOS DESAFIOS NA COMUNICAÇÃO INTERNA**

A comunicação interna tem sido, simultaneamente, uma oportunidade e um problema em todas as estruturas da Juventude Socialista. Fazer chegar atempada e eficazmente a informação sobre as actividades e as posições da JS aos militantes é um objectivo que está longe de ter sido conseguido. Felizmente, temos hoje mais ferramentas para que possamos prosseguir com mais sucesso esse objectivo. É fundamental uma melhor aposta no site como ferramenta central para concentrar e difundir a informação. Mas é também fundamental apostar nas redes sociais como forma de difundir mensagens mais curtas e informações sobre actividades que sejam rapidamente recebidas pelos militantes.

### **4.2 NOVOS DESAFIOS NA COMUNICAÇÃO EXTERNA**

No que toca a comunicação externa da Juventude Socialista tem-se percebido que a forma mais eficaz de o fazer é através de informações concisas. É neste espírito que se deve perceber que a tentativa de implementar formas complexas e demasiado exaustivas de comunicação com a sociedade devem ser evitadas e substituídas por outras, mais flexíveis como sejam as ‘newsletters’ e os comunicados de imprensa.

## **5. NOVOS DESAFIOS NA FORMAÇÃO**

A Juventude Socialista nunca pode abdicar do seu papel fundamental enquanto Academia de Formação Cívica e Política para os seus militantes e dirigentes. Este é talvez um dos contributos mais importantes que a nossa organização dá

para o futuro tanto da participação política como do próprio Partido Socialista enriquecendo a formação política e técnica dos futuros quadros do Partido Socialista, bem como mantendo um elevado nível de exigência ética e cívica.

Neste contexto há três pilares fundamentais nos quais assenta o papel de formação da Juventude Socialista: conhecimentos sectoriais, conhecimentos de acção política e, finalmente, formação histórica e ideológica.

No primeiro ponto, é fundamental que a Juventude Socialista providencie possibilidades de aprendizagem sobre as questões sectoriais que forem relevantes a cada momento através de conferências e debates que permitam a troca de ideias mas também a oportunidade de ouvir especialistas na área. A discussão de temas da actualidade política distrital e nacional em órgãos federativos é um instrumento que a Juventude Socialista tem ao seu alcance e deve aproveitar. Deste modo, os camaradas terão um conhecimento aprofundado sobre diversos temas da actualidade, que tem como consequência visível uma intervenção mais conhecedora e responsável.

Por outro lado devem também ser organizadas sessões de formação sobre questões transversais à actividade política em geral, nomeadamente a comunicação, as relações com a imprensa e a capacidade de discussão e transmissão de ideias.

Por último deve-se perceber que nenhuma estrutura política atingirá a excelência se os seus dirigentes não estiverem plenamente conscientes das raízes e evolução do pensamento político e social. Devem poder organizar-se sessões de esclarecimento sobre a história e o ideário republicano e socialista de que somos herdeiros e que constitui a matriz fundamental da ideologia do Partido Socialista. Isto deve-se fazer trazendo quer especialistas, quer camaradas dirigentes da Juventude Socialista e do partido Socialista para falar com os militantes e dirigentes sobre estas matérias.